

## CONGRESSO DE COPENHAGUE – COP 15 OU “LA FÁBULA DEL TIBURÓN Y LAS SARDINAS”?\*

Autor: Manoel Paulo de Oliveira\*\*

### Introdução

A discussão que ora toma conta do mundo inteiro, tendo como epicentro a cidade de Copenhague, Dinamarca, sobre a questão do clima ou efeito estufa, na extensão da compreensão do que a mídia vem divulgando, parece ter o condão de desorientar mais ainda os habitantes deste nosso planeta. A desorientação, para um simples mortal entrementes que vivamente interessado no que se passa no seu derredor, advém do cipoal de ensaios, manifestações e plataformas, artigos de fundo e editoriais, parvoíces e bestialógicos variados sobre a deterioração crescente da qualidade de vida em todos os quadrantes da Terra pela ação destruidora do ser humano, principalmente por parte dos países de economia hegemônica, que agora preocupam-se em salvá-la. Antes tarde do que nunca. Ou já não seria tarde demais? Tomara que não.

O subtítulo acima refere-se à obra do professor e ex-presidente da república da Guatemala, Juan José Arévalo Bermejo, que simboliza desde sempre a hegemonia de certos países sobre outros. Os primeiros são os vorazes peixes que se nutrem de indefesas sardinhas, no caso, as pequenas repúblicas das Antilhas e de outras regiões, sucata e que, agora, lhes querem impedir o desenvolvimento, compelindo-as ainda a pagar uma conta que não a fizeram, pela constituição de um fundo para financiar a despoluição, mas que padecem ricos e pobres sem distinção. Que se mencione, no vernáculo original, as seguintes passagens daquela obra:

*...O nos la comemos los dos o no la toca nadie – habían dicho los tiburones protestantes con respecto de la sardina católica...*

*El oro de California, otrora tierra mexicana, tuvo la virtud providencial de trastornar a los Estados Unidos. Oro por toneladas en la tierra, fiebre de oro en las almas. Rehílo de usura en las manos, que no saben dónde posarse; temblor de ansia en los ojos, que no atinan con el preciso horizonte y el justo rumbo. Oro, más*

*oro, mucho oro: el mundo es el oro, pendientes, brazaletes, sortijas, relojes, cubiertos, dentaduras de oro, cascabeles, campanitas: el mundo es amarillo, brillante y tintinea metálicamente. ¿Por qué las mujeres no serán también de oro? ¿Por qué no la comida?*

*Pero aquella riqueza torrencial tiene dificultades: el oro de California debe ser transportado a su destino manifiesto: Nueva York (el cobre de Arizona también). La travesía continental es insegura, costosa, aventurada, porque en esa ruta terrestre están los indios mexicanos y los yanquis. Mejor sería trasladarlo por mar. Pero no hasta Magallanes. Vemos el mapa: aquí --¿ve usted— en Centroamérica. Cuántos istmos posibles de fractura para fabricar canales interoceánicos. Unos cuantos cálculos hechos por el tenedor de libros, sobre el costo de los transportes en cien años ¡Qué barato un canal y cuán seguro! El tiburón de oro miraba con ojos de glotonería las pequeñas sardinas centroamericanas.*

Mas, diz-se que o desconhecimento da História condena os povos a repeti-la. Verdade ou não, se deve conhecer como determinadas situações evoluem para prever, com certa probabilidade de acerto, as inteligentes e tempestivas intervenções para mudar-lhes o indesejável curso da situação, evitando a sua propagação com prejuízos para todos os seres vivos.

## **Meio ambiente e energia**

Pela notoriedade manifesta, para a satisfação das necessidades humanas o uso de energia é fundamental. Ao longo de gerações, o homem é o único animal que vem mudando a satisfação dessas necessidades. Até à época da chamada Revolução Industrial, a humanidade evoluiu com um crescimento moderado de consumo energético. Entretanto, com a introdução de “escravos mecânicos” do homem tal moderação de consumo energético se rompe.

Sáimos, então, da lenha ao carvão no século XIX para a generalização do uso do petróleo e da eletricidade após 1930, consagrando a base assentada da moderna civilização industrial sobre o consumo de combustíveis fósseis que a própria natureza havia levado milhões de anos para disponibilizar para a humanidade. Após a Segunda Guerra Mundial, segundo as estatísticas disponibilizadas, a aceleração sem precedentes do ritmo de crescimento do consumo de energias, entre 1900 e 1965, foi de aproximadamente sete vezes. Dir-

se-ia, também, que a rapidez e a amplitude desse desenvolvimento, com os efeitos cumulativos e a ultrapassagem de certos limites que tal padrão de consumo acarreta, estão colocando em perigo a própria sobrevivência da humanidade e da vida na Terra.

Segundo os especialistas, o meio ambiente defronta-se, hoje, com riscos intimamente associados à elevação do consumo de energia, dando margem a reservas quanto às conseqüências de seu prosseguimento, indefinidamente, no futuro. Destes riscos, quatro se destacam por sua dimensão global: 1) *efeito estufa* – aquecimento da atmosfera devido à emissão de gases, sobretudo de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), poderá causar perigosas alterações climáticas; 2) *poluição do ar urbano* – produzida pelas indústrias e veículos de transporte; 3) *chuva ácida* – os impactos sobre os solos, os recursos hídricos, a vegetação; 4) *riscos de acidentes em reatores nucleares* – os problemas originados pela disposição de seus resíduos e pela desativação dos reatores, após seu tempo de vida útil.

### **Protocolo de Quioto (Kyoto)**

Protocolo de Quioto (Kyoto) é consequência de uma série de eventos iniciada com a *Toronto Conference on the Changing Atmosphere*, no Canadá (outubro de 1988), seguida pelo *IPCC's First Assessment Report* em Sundsvall, Suécia (agosto de 1990) e que culminou com a *Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática* (CQNUMC, ou UNFCCC em inglês) na ECO-92 no Rio de Janeiro, Brasil (junho de 1992).

Constitui-se no protocolo de um tratado internacional com compromissos mais rígidos para a redução da emissão dos gases que agravam o efeito estufa, considerados, de acordo com a maioria das investigações científicas, como causa antropogênicas do aquecimento global.

Em sucinta apreciação, este importante evento internacional assim denominado, inicialmente discutido e negociado em Quioto (Kyoto), Japão, em 1997, é o resultado coercitivo da Convenção das Nações Unidas, que contou com 175 países e a seguinte agenda, cujas regras acordadas, infelizmente, não foram implementadas na prática pelos signatários, daí este atual Congresso de Copenhague, Dinamarca:

a) em 11 de dezembro de 1997, abertura para assinaturas dos países;

- b) até 15 de março 1999, ratificação;
- c) formalmente, entrou em vigor em 16 de fevereiro de 2005.

Entretanto, ficou estabelecido que para este entrar em vigor precisou que 55% dos países que, juntos, produzem 55% das emissões, o ratificassem, daí que sua vigência teórica só se deu em 16 de fevereiro de 2005. E isso, depois que a Rússia o ratificou em novembro de 2004.

Com isso, foi proposto um calendário pelo qual os países-membros (principalmente os desenvolvidos) se obrigariam em reduzir a emissão de gases do efeito estufa em, pelo menos, 5,2% em relação aos níveis de 1990, no período entre 2008 e 2012, também chamado de *primeiro período de compromisso* (para muitos países, como os membros da UE, isso corresponderia a 15% abaixo das emissões esperadas para 2008).

As metas de redução não seriam homogêneas a todos os países, colocando níveis diferenciados para os 38 países que mais emitem gases. Países em franco desenvolvimento (como Brasil, México, Argentina e Índia) não receberiam metas de redução, pelo menos até então.

A redução dessas emissões deveria acontecer em várias atividades econômicas.

O protocolo estimulava os países signatários a cooperarem entre si, através de algumas ações básicas:

- a) reformar os setores de energia e transportes;
- b) promover o uso de fontes energéticas renováveis;
- c) eliminar mecanismos financeiros e de mercado inapropriados aos fins da Convenção;
- d) limitar as emissões de metano no gerenciamento de resíduos e dos sistemas energéticos;
- e) proteger florestas e outros sumidouros de carbono.

Segundo os especialistas, caso o Protocolo de Quioto (Kyoto) tivesse sido implementado com sucesso, estimar-se-ia que a temperatura global seria reduzida entre 1,4°C e 5,8°C até 2100. Entretanto, isto ficou muito dependente das negociações pós período 2008/2012, no que, ao que parece, nem o atual Congresso de Copenhague conseguirá implementar. Ainda mais porque as comunidades científicas afirmam categoricamente que a meta de redução de 5% em relação aos níveis de 1990 seria insuficiente para a mitigação do aquecimento global.

A redução dessas emissões deverá acontecer em várias atividades econômicas. O protocolo estimula os países signatários a cooperarem entre si, através de algumas ações básicas:

- a) reformar os setores de energia e transportes;
- b) promover o uso de fontes energéticas renováveis;
- c) eliminar mecanismos financeiros e de mercado inapropriados aos fins da Convenção;
- d) limitar as emissões de metano no gerenciamento de resíduos e dos sistemas energéticos;
- e) proteger florestas e outros sumidouros de carbono.

### **Estados Unidos e o Protocolo de Quioto (Kyoto)**

Os Estados Unidos negaram-se a ratificar o Protocolo de Quioto (Kyoto), de acordo com a alegação do ex-presidente George W. Bush de que os compromissos acarretados por tal protocolo interfeririam negativamente na economia norte-americana.

A Casa Branca também questiona a teoria de que os poluentes emitidos pelo homem causem a elevação da temperatura da Terra.

Mesmo o governo dos Estados Unidos não assinando o Protocolo de Quioto (Kyoto), alguns municípios, Estados (Califórnia) e donos de indústrias do nordeste dos Estados Unidos já começaram a pesquisar maneiras para reduzir a emissão de gases promotores do efeito estufa — tentando, por sua vez, não diminuir sua margem de lucro com essa atitude.

### **A Conferência de Copenhague – COP 15**

Durante as duas últimas semanas deste mês de dezembro de 2009, representantes de 120 países reuniram-se na cidade dinamarquesa de Copenhague para discutir, na 15ª Conferência das Nações Unidas, sobre mudança climática (COP 15).

O encontro, que chegou a ser considerada o maior evento de cunho político da História, atraindo aproximadamente 45 mil pessoas a Copenhague.

O resultado, porém, se não é um fracasso total, serviu para mostrar, mais uma vez, que os países ricos (e que, em regra, se enriqueceram às custas da expropriação dos recursos naturais dos países da América Latina, África e Ásia), querem que os pobres paguem a conta do controle sobre o grave estágio de poluição em que se encontra o Planeta.

O Acordo de Copenhague foi selado na sexta-feira (18/12), entre o presidente americano, Barack Obama, e os presidentes de China, Brasil, Índia e África do Sul, depois de uma reunião de mais de duas horas.

Porém, para o representante brasileiro o acordo é "decepcionante". Para a UE, o acordo "não solucionará a ameaça climática".

Para o secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, entretanto, "o Acordo de Copenhague pode não ser tudo o que todos esperavam, mas é um começo importante", disse o sul-coreano.

O documento citado por Ban Ki-Moon não traz qualquer menção a metas de redução de emissões de gases que provocam o efeito estufa, embora defenda que o aumento da temperatura global seja limitado a 2°C. Ele também não prevê a sua transformação em tratado com valor legal. Por outro lado, de acordo com a ONU, mesmo sem o consenso em torno do documento, ele poderá ser "operacionalizado" no que diz respeito à criação imediata de um fundo de financiamento de cerca de US\$ 10 bilhões por ano nos próximos três anos.

As verbas devem ser liberadas para ações de combate e adaptação às mudanças do clima nos países mais pobres do mundo.

Não houve consenso. Como o protocolo das Nações Unidas aceita apenas decisões por unanimidade, a oposição de apenas um país já seria suficiente para inviabilizar um acordo em Copenhague.

Sem um acordo definitivo para combater a mudança do clima no planeta, serão necessárias novas negociações em 2010 para que uma nova estratégia global possa ser discutida.

"Vamos tentar chegar a um acordo obrigatório com valor legal até a COP 16, no México", disse o secretário-geral.

## **Recorrência dos fatos – exemplos**

Pelo noticiário, depreende-se que, mais uma vez, os mesmos países que depredaram os continentes (América Latina, África e Ásia), inclusive os seus próprios, exaurindo-lhes os seus recursos naturais, empobrecendo-os, causando perigosas degradações ao meio ambiente, poluindo-o, vêm como *hybris* suicida diante da “cegueira da razão” do métron, exigir que aqueles outros países agora miseráveis, que lutaram e lutam para sair do ridículo rótulo de *subdesenvolvidos*, ou, do abominável eufemismo gerúndio, de *em desenvolvimento*, compareçam à “mesa da vergonha” para pagar uma conta que não deve, porque não a fez. Ao contrário, se nessa *Reunião de Bacanas*, querem constituir um fundo monetário para salvar o Planeta, que se convoquem para subscrever e integralizar o seu capital, então, em primeiro lugar, aqueles países que, ao longo dos tempos se locupletaram com o butim da natureza, ficaram ricos destruindo e poluindo o meio ambiente. Depois, sim, chamem-nos para, na medida de suas condições econômico-financeiras, possam contribuir para o mencionado fundo, diminuindo também as suas emissões.

Alguns exemplos de como a natureza é violentamente agredida:

### **A destruição das florestas da Irlanda – século XVI**

Numa tradução livre do inglês *A Short History of English People*, de John Richard Green, encontramos que, na consumação da conquista inglesa sobre a Irlanda, no final do século XVI, o saque colonial dos recursos naturais provocou o desaparecimento das florestas em 100 anos, pode ser assim resumido:

“Florestas de carvalho foram sumariamente destruídas para gerar lucro rápido. A madeira era derrubada para fazer carvão e fundir ferro, que era carregado rio abaixo por barqueiros astutos: o que custara dez libras em trabalho e transporte era vendido a dezessete libras em Londres. O último forno foi apagado em Kerry quando a última árvore foi derrubada. Onde passou, o aventureiro inglês deixou uma terra tão nua como se um incêndio florestal a tivesse varrido.”

## **A poluição do rio Tamisa – “o Grande Fedor”.**

Dos tempos do “Grande Fedor” – como o rio Tamisa ficou conhecido a partir de 1858, quando as sessões do Parlamento britânico eram interrompidas, por causa do absurdo mau cheiro – até hoje, foram exatamente 151 anos de investimentos na despoluição das águas do rio que cruza a cidade de Londres. Com bilhões de libras esterlinas investidos, mais tarde, permitiram a remadores, velejadores e até pescadores voltar a usar o Tamisa, que hoje conta com mais de uma centena de espécies de peixes. Se a poluição começou ainda nos idos de 1610, quando a água do rio deixou de ser considerada potável, a despoluição só foi começar a partir de meados do século XIX, na época em que o rio conquistou a infame alcunha com o seu mau cheiro. A decisão de construir um sistema de captação de esgotos também deve muito às epidemias de cólera das décadas de 1850 e 1860.

A infraestrutura construída então continua até hoje como a espinha dorsal da rede atual, apesar das várias melhorias ao longo dos anos. Na época, os engenheiros criaram um sistema que simplesmente captava os dejetos produzidos na região metropolitana de Londres e os despejava no Tamisa outra vez, quilômetros abaixo. Daí, a solução funcionou perfeitamente e o rio voltou a se recuperar por alguns anos. No entanto, com o crescimento da população, a mancha de esgoto foi subindo o Tamisa e, por volta de 1950, o rio estava, mais uma vez, biologicamente morto. Foi então que as primeiras estações de tratamento de esgoto da cidade foram construídas. Vinte anos depois, em meados da década de 1970, o primeiro salmão – um peixe reconhecidamente sensível à poluição – em décadas foi detectado no Tamisa. Hoje, encontrar salmões no rio não causa mais nenhum espanto, mas ainda assim, a Thames Water, a empresa de saneamento de Londres, continua investindo somas avultadas no sistema de esgoto.

## **A morte dos rios, lenta e gradual**

Segundo pesquisas realizadas, em 2007, a mídia especializada divulgou que somente um terço dos 177 grandes rios do mundo (de 1.000km e maiores) seguem fluindo livremente, sem obstáculos como diques e outras barreiras. Na realidade, somente 21 destes correm livremente desde suas nascentes até o mar, como Amazonas (e Solimões), Congo e Lena. O oposto torna-se uma ameaça para o

abastecimento de água potável, saneamento, agricultura e pesca. O relatório publicado menciona que os 10 maiores rios do mundo estão perdendo suas forças, como resultado das mudanças climáticas, poluição e barragens (incluindo assoreamento). Dentro dos 10 maiores rios citados, cinco, estão no continente asiático – Yangtsé (Yangzi Jiang), Mekong, Salween Ganges e o Indus –, na Europa – o Danúbio –, nas Américas – o Rio de la Plata e Rio Grande/Bravo –, na África – o Nilo e o Lago Vitória – e na Austrália – o Murray-Darling. O Brasil, no caso do rio Amazonas (e Solimões), não há citação, exceção para os casos de certas localidades e épocas do ano cujo volume de água era perene e que agora seca frequentemente, e para outros rios cuja situação de poluição já é conhecida, como Rio das Velhas, Paraíba do Sul e Tietê, recomendando atenção para a revitalização do Rio São Francisco. O relatório aponta ainda para a crise no fornecimento de água potável, ocasionada por planejamento inadequado para o uso dos rios e a proteção incompatível com as áreas naturais, por onde correm esses rios. O relatório conclui dizendo que, para o Brasil, a conservação dos rios e das várzeas deve ser visto como uma parte da segurança nacional, da saúde e do sucesso econômico do país.

## **A poluição dos mares**

Com a obra de título homógrafo, Jean-Claude Lacaze, alerta-nos para a idéia falaciosa de que durante séculos os oceanos foram considerados infinitos. Daí, que os mesmos foram utilizados de forma indiscriminada como verdadeiro vazadouro do mundo.

Maltrataram-se os litorais poluindo-os e com exploração à exaustão sobre as espécies marinhas comercializáveis, neles descarregando todo e qualquer tipo de resíduos. Hoje, com a seriedade que o caso requer de todas as nações, como o Congresso que se realiza na cidade dinamarquesa de Copenhague, felizmente, pensa-se de forma diferente e, sobretudo, requer-se imediata ação, mobilizando todo um conjunto de medidas para, pelo menos, estancar o atual processo de degradação do meio ambiente.

Nos mares, fechados e semifechados, suas águas com a vida marinha própria estão padecendo de toda sorte de ameaças são inversamente proporcionais à sua dimensão. Cercados por nações industrializadas, o mar Báltico, o mar do Norte, o Mancha, o Mediterrâneo e o mar Negro estão em perigo real. O mar pode,

efetivamente, morrer? Será inexorável a degradação dos mares? Como reduzi-la? Que medidas tomar? Como purificá-las e permitir o retorno saudável de vida marinha?

Há algumas décadas, o autor deste ensaio como integrante militar brasileiro das Forças de Emergência das Nações Unidas – UNEF –, no Oriente Médio, dada à escassez deste precioso e potável líquido na região, as tropas dos diversos países então ali acantonadas faziam uso de água processada de dessalinização da água do mar (Mar Vermelho – Golfo de Aqaba, *Ra'ís Nasrani* e *Sharm el Sheikh*). Naquela oportunidade, e tanto quanto a memória hoje permite lembrar, o ensejou conhecer, à distância, ao longo da Faixa de Gaza, desde esta cidade até Rafah, passando por Netzarim e Khan Yunis, alguns kibutzs (Gezer) – grupamentos israelenses ou fazendas coletivas – com as suas práticas de trabalho com irrigação da terra com água de poço e tratada ou dessalinizada, cujas técnicas passaram desde o gotejamento (de superfície ou enterrado), aspersão, pivô central, canhão hidráulico etc. Água salgada que, aliás, desde a época de sua missão militar naquela região, o conhecido Mar Morto que, mesmo recebendo água do Rio Jordão que, por sua vez, recebe água do Mar da Galiléia (Genesaré), já ficava abaixo do nível do Mar Mediterrâneo, vinha mostrando visíveis sinais de evaporação, caminhando, segundo notícias atuais, para tornar-se um árido e desértico prolongamento da região, secando-o. Embora, a este respeito presentemente, os governantes de Israel e Jordânia estejam desenvolvendo um projeto – caríssimo – para bombear a água do Mar Vermelho para não deixar morrer o bíblico Mar Morto.

Estas, dentre outras, são as questões cujas respostas, ou indicativos de solução, o mundo espera dos chamados líderes políticos, que se encontram presentemente reunidos na cidade dinamarquesa de Copenhague. Que não seja uma *Reunião de Bacanas*, de que fala a música popular.

## **O Grande Lago Amazônico**

O Brasil, numa visão de hoje, queiram ou não os cétricos, vem introduzindo, acompanhando e assimilando as rápidas transformações por que passa o mundo, agora, globalizado, pelo menos se posicionando diante do grave estado de degradação do meio ambiente perante o conjunto de nações que se locupletaram com os recursos naturais ao longo dos tempos.

A Amazônia, pela sua característica de espaço aberto, densidade demográfica rarefeita, rica em matérias-primas, *the last frontier*, como já foi chamada por sociólogos norte-americanos, a concupiscência sempre esteve presente. É, sim, a última fronteira, no sentido de último espaço vazio, no mundo, a ser conquistado e ocupado por brasileiros. Porque, mais cedo ou mais tarde isso se completará, ao despertar o sentimento de nacionalidade e, como na intenção de Machado de Assis, nos tornamos homens de nosso tempo e de nosso país.

Mas, não é de hoje que aquela região desperta interesse e cobiça, como se ela fosse terra de ninguém, desde as peripécias de espanhóis, portugueses, holandeses, franceses e ingleses, a partir do século XVII. E, ainda, nos séculos XIX e XX, com os norte-americanos, depois da Guerra de Secessão, pretendendo fundar outro país, a **República do Amazonas**, para os ex-confederados sulistas cujas famílias algumas vieram e se localizaram nas barrancas de Santarém, Estado do Pará.

Mais tarde, com a biopirataria praticada, em 1892, pelo inglês Henry Wickham, levando mudas de seringueiras do Amazonas para Ceilão (Sri Lanka), ato que o faz enobrecido com o título de Lorde por Sua Majestade. Mais tarde, já na década de 20 do século passado, aquele país produzia 360 mil toneladas de borracha, enquanto a produção do nosso Estado do Norte não alcançava 8 mil toneladas, pagas a preços aviltados. Com isso, era o fim do ciclo da *hevea brasiliensis*, a nossa seringueira. Juntando-se a outros casos, a situação de agressão à biodiversidade da região se escancarara impunemente.

Naquela região, ainda, vão acontecer outros notórios acontecimentos, como a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré – a ferrovia da morte –, na figura de Percival Farquhar; as malogradas experiências de Henry Ford com a Fordlândia; as de Daniel Ludwig com o projeto Jarí, cujo financiamento externo contou com o aval do Governo brasileiro, não honrado pelo tomador que o foi assumido pelo BNDES (ainda não tinha o S).

Para corroborar os fatos citados, vejam-se os pronunciamentos de personalidades internacionais reproduzidos neste ensaio, ignorando a territorialidade e a integralidade geográfica da região Amazônica ao restante do Brasil.

Eis que, agora, com a roupagem de detentor de modernos conhecimentos para o desenvolvimento econômico para o mundo, emerge o *Hudson Institute*, entidade privada norte-americana, sediada em Nova York, América do Norte,

apresentando-se ao governo brasileiro, na década dos anos 60, com a experiência de contratada do Departamento de Defesa – Pentágono – com interesses voltados para a região Amazônica como um todo. Apresenta ao governo brasileiro o fantástico projeto para represar o rio Amazonas, de Santarém a Monte Alegre, e formar um vastíssimo lago interior de aproximadamente 240 mil quilômetros quadrados. Para isso, duas terças partes de Manaus desapareceriam nas águas. Santarém, Óbidos, Itacoatiara, Parintins, Manacapuru, ficariam submersas. Compartilhavam da mesma sorte parte dos seringais extrativos do Estado do Amazonas e os campos da pecuária ribeirinhos chamados de baixo Amazonas. Sem qualquer autorização oficial do governo brasileiro, os técnicos daquela entidade já lá estiveram realizando as primeiras pesquisas de campo.

O presidente do *Hudson Institute*, Mr. Herman Kahn, justificando os objetivos básicos do sistema de grandes lagos interiores, assim fundamentou:

“O Instituto Hudson dos Estados Unidos vem procurando encontrar um novo enfoque para o estudo eficiente desta zona. O problema básico é o enorme tamanho da bacia amazônica e a falta de informação disponível e global. O Instituto propôs a formação de um pequeno grupo analítico, integrado por cientistas, engenheiros e acadêmicos, a fim de avaliar a bacia do Amazonas como um todo. Tal esforço analisaria sistematicamente as ferramentas disponíveis para o desenvolvimento da região e os recursos explotáveis – econômicos – (definindo tanto ferramentas como recursos no sentido mais amplo possível)”.

Com efeito, e como prestidigitando um novo “dilúvio”, este formidável *Amazon Sea*, criado nos laboratórios futuristas do Instituto Hudson, leva-nos a imaginar aquela paisagem primitiva pelas teorias dos geólogos: o mar interior amazônico, da era terciária, com suas três saídas ainda hoje marcadas pela geografia dos rios Orenoco, Amazonas e Paraguai. A futurologia volta-se, assim, ao passado, numa viagem à autoria do mundo que se assemelha a um proustiano geológico de procura do tempo perdido...

A quem pertencerá o controle dessa extraordinária via de comunicação, que causaria uma revolução nos transportes entre as três Américas e na economia de tantos países? Se isto acontecesse, teríamos na Amazônia uma forte concentração de capitais que significaria poderosas forças econômicas aliadas a forças políticas. O Brasil estaria em condições de resisti-las, de impor o seu ponto de vista, ou de controlá-las?

Como se sabe, felizmente, o Grande Lago Interior não vingou, mas as cicatrizes ainda estão abertas e latejando. Porque, na história das relações internacionais, país algum oferece “planos generosos”, como defendem certos articulistas tidos como especialistas muito apressados em defender qualquer proposição vinda de países hegemônicos centrais.

Conforme corrobora o então Secretário de Estado norte-americano, John Foster Dules, na entrevista a UPI, em 11/08/1957, *verbis*:

**“Nem por um minuto creio que o propósito do Departamento de Estado seja o de fazer amigos. Não me importa se fazemos amigos, ou não. Procuramos manter relações amistosas com alguns países, não com todos; e fazemos simplesmente porque servem aos interesses dos EUA.”**

Estas mitigadas reflexões devem ser avaliadas também com serenidade, porque, afinal de contas, pensar no futuro não deve ser privilégio só dos cientistas do Instituto Hudson, ou de tantos outros futurólogos tão comuns nos dias de hoje. Nós também podemos fazer a nossa modesta futurologia com o objetivo de zelar pelos destinos do Brasil. Mesmo sabendo que ainda encontramos segmentos ressabiados da sociedade que não acreditam no desenvolvimento daquela região, e que propugnam pelo imediatismo hedônico tão a gosto dos economistas pragmáticos da “destruição criadora”, a partir das idéias de Joseph Alois Schumpeter, *in: Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Outros, entretanto, já despertam de seu sono letárgico e admitem “aceleração do desenvolvimento amazônico.” Hoje, depois do projeto do Instituto Hudson, a Amazônia passa a ser considerada região-chave da integração e da união latino-americana. Não resta dúvida de que os cétricos de ontem estão se convertendo em otimistas de hoje. Avaliando, entretanto, como dissera certa vez, nas penumbras iniciais da Primeira Guerra Mundial, o Senhor Woodrow Wilson, presidente dos Estados Unidos, em Móbile, Alabama, em 28 de outubro de 1913, de que (sic):

**“Um país é possuído pelo capital que nele se achar empregado. À proporção que o capital estrangeiro afluir e tomar ascendência, também a afluência estrangeira assume e toma ascendência. Tendes ouvido falar em concessões feitas pela América Latina ao capital estrangeiro, mas não em concessões**

**feitas pelos Estados Unidos ao capital de outros países. É que nós não damos concessões. Convidamos, sim, o capital estrangeiro a vir aqui colocar-se. Fazemos um convite, porém não concedemos privilégios. Os Estados que são obrigados a fazê-las, correm graves riscos de ver os interesses estrangeiros influenciar dominadoramente em seus negócios. Tal situação pode chegar a ser intolerável."**

Seguem-se outros pronunciamentos de personagens da política mundial trazidos à colação:

**"Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós"** (Al Gore, 1989, vice-presidente dos Estados Unidos).

**"Os países industrializados não poderão viver da maneira como existiram até hoje se não tiverem à sua disposição os recursos naturais não renováveis do planeta. Terão que montar um sistema de pressões e constrangimentos garantidores da consecução de seus intentos"** (Henry Kissinger, 1994, ex-secretário de Estado americano).

**"O Brasil deve delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes"** (Mikhail Gorbachev, 1992, ex-ditador da extinta União Soviética).

**"O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia"** (François Mitterrand, 1989, então presidente da França).

**"As nações desenvolvidas devem estender o domínio da lei ao que é comum de todos no mundo. As campanhas ecologistas internacionais que visam à limitação das soberanias nacionais sobre a região amazônica estão deixando a fase propagandística para dar início a uma fase operativa que pode, definitivamente, ensejar intervenções militares diretas sobre a região"** (John Major, 1992, então primeiro-ministro da Inglaterra).

**"A liderança dos Estados Unidos exige que apoiemos a diplomacia com a ameaça da força"** (Warren Christopher, 1995, quando secretário de Defesa dos Estados Unidos).

**"Se os países subdesenvolvidos não conseguem pagar suas dívidas externas, que vendam suas riquezas, seus territórios e suas fábricas"**(Margareth Thatcher, 1983, então primeira-ministra da Inglaterra).

**"A Amazônia deve ser intocável, pois constitui-se no banco de reservas florestais da Humanidade"** (Congresso de Ecologistas Alemães, 1990).

**"Só a internacionalização pode salvar a Amazônia"** (grupo dos Cem, 1989, Cidade do México).

**"A destruição da Amazônia seria a destruição do Mundo"** (Parlamento Italiano, 1989).

**"A Amazônia é um patrimônio da humanidade. A posse dessa imensa área pelos países mencionados (Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru e Equador) é meramente circunstancial"** (Conselho Mundial de Igrejas Cristãs reunidas em Genebra, 1992).

**"É nosso dever garantir a preservação do território da Amazônia e de seus habitantes aborígenes para o desfrute pelas grandes civilizações européias, cujas áreas naturais estejam reduzidas a um limite crítico."** (Idem).

## **Conclusão**

Igualmente, como cidadão cômico de sua pertinência para com a Pátria, é dever lembrar de que o crime da omissão pode assumir-se como o da covardia, em não alertar homens e mulheres de bem capazes de influir construtivamente na preservação da soberania do Brasil, de seus bens e recursos naturais que a Graça Superior o dotou.

Influência ou atuação capaz de mudar ou consolidar o curso das coisas faz-se necessária.

O cidadão assim consciente será sempre um *revoltado*, que não quer dizer no sentido vulgar e sim no sentido etimológico, que quer dizer *aquele que dá meia-volta*, que tem disposição para mudar o curso das coisas inaceitáveis. Porque, alguém só se revolta em nome de valores. O homem revoltado não é o mesmo que ser ressentido. A *revolta*, diz Albert Camus, não se verifica sem o indivíduo sentir que ele próprio tem razão. A dinâmica da *revolta* – a mudança do curso das coisas – está para lá da simples recusa, porque o *revoltado*, vivendo aberto para o mundo, sabe que a circunstância é constituída dele próprio, e que lutar por melhorá-la significa salvar parte de si mesmo. Essa parte de si próprio, que ele deseja impor ao respeito alheio, põe-na, ele, então acima de tudo o mais, proclamando-a preferível a tudo, até à própria vida. Daí dizer-se que a consciência nasce com a revolta.

É, ainda, Albert Camus que nos esclarece sobre o homem que busca mudança de certo *status quo*: “Na sociedade, o espírito da revolta só se torna possível em grupos nos quais uma igualdade teórica oculta grandes desigualdades reais”.

Suavizemos, portanto, as asperezas que o mundo atual vem impondo à Humanidade e a todos os seres vivos do Planeta. De preferência, permitindo-se nos momentos de devaneio, em ouvir e meditar sobre a letra da canção de Michael Jackson *Earth Song*.

Afinal, ninguém nasce, cresce, estuda e trabalha, para a função de lugar-tenente, acaçapando a massa ignara!

\* Artigo publicado na Revista Fórum de Direito Urbano e Ambiental – FDU – ano 9, nº 50, p. 75-82, mar/abr. 2010, Editora Fórum, Belo Horizonte-MG.

\*\* **Manoel Paulo de Oliveira**: Advogado, Economista e Contador; Ex-professor Universitário; Perito Judicial; Técnico em Implantação e Operação de Usinas Termoelétricas. Ex-Pracinha (ONU – Exército Brasileiro) da Guerra Palestinos X Israelenses.

E-mail: manoel.p@superig.com.br.